

LIÇÃO 3 - Refutação daqueles que quiseram abolir o accidental

TEXTO DE ARISTÓTELES Capítulo 3: 1027a 29-1027b 16

“553. Ora, é evidente que existem princípios e causas que são geráveis e corruptíveis sem geração e corrupção; pois, se não fosse assim, tudo seria por necessidade, i.e., se deve haver alguma causa, e não uma causa accidental, daquilo que é gerado e corrompido. Pois, se perguntarmos: "Esta coisa existirá ou não?" Ela existirá se alguma segunda coisa acontecer; mas, se esta não acontecer, tampouco a primeira existirá. E esta segunda coisa acontecerá se uma terceira acontecer. E assim é evidente que, quando o tempo é continuamente subtraído de um período limitado de tempo, chegar-se-á finalmente ao momento presente. Portanto, este homem morrerá, seja por doença ou violência, se sair; e ele fará isso se tiver sede; e isso acontecerá se algo mais acontecer. E, dessa maneira, chegar-se-á ao que existe agora, ou a algo que já aconteceu; por exemplo, ele sairá se tiver sede, e isso acontecerá se ele comer comida altamente temperada, e isso ou é o caso ou não. Portanto, será por necessidade que ele morre ou não morre. E, similarmente, se alguém retroceder a algo que já aconteceu, o mesmo argumento se aplica; pois isso — quero dizer, o que já aconteceu — já está presente em algo. Portanto, tudo o que será, será por necessidade; por exemplo, quem vive morrerá; porque alguma parte do processo já foi completada, como a presença de contrários no mesmo corpo. Mas se ele morrerá por doença ou violência ainda não foi determinado, a menos que algo mais tenha acontecido.

554. É evidente, então, que esse processo remonta a algum princípio, mas que este não remonta a nada mais. Portanto, este será o princípio de tudo o que acontece por acaso, e não haverá causa de sua geração.

555. Mas a que tipo de princípio e a que tipo de causa tal processo de redução leva, se à matéria, ou a uma causa final, ou a uma causa de movimento, deve ser considerada cuidadosamente. Deixemos de lado, então, o ser accidental, pois foi tratado de modo suficientemente amplo.

COMENTÁRIO

Acaso e providência

1191. Tendo tirado suas conclusões sobre o ser accidental, o Filósofo agora rejeita uma opinião que aboliria completamente esse tipo de ser. Pois alguns homens sustentavam que tudo o que acontece no mundo tem alguma causa própria, e, novamente, que, dada qualquer causa, seu efeito segue necessariamente. Daí, como resultado da conexão entre causas, seguir-se-ia que tudo no mundo acontece por necessidade e nada por acaso. Portanto, o objetivo do Filósofo é destruir essa posição; e, quanto a isso, ele faz três coisas.

Primeiro, ele destrói essa posição. Segundo (1201), ele tira uma conclusão de sua discussão ("É evidente"). Terceiro (1202), ele levanta uma questão que surge dessa discussão ("Mas a que tipo de princípio").

Ele diz, primeiro, que será evidente, a partir das observações seguintes, que os princípios e causas da geração e corrupção de algumas coisas "são geráveis e corruptíveis", i.e., são capazes de ser gerados e corrompidos, "sem geração e corrupção", i.e., sem que ocorra geração e corrupção. Pois, se a geração ou corrupção de uma coisa é a causa da geração ou corrupção de outra, não é necessário que a geração ou corrupção do efeito siga necessariamente quando a geração ou corrupção da causa ocorre, porque algumas causas são ativas apenas na maioria das vezes. Portanto, concedido que essas causas existam, seu efeito pode ser impedido acidentalmente, seja porque a matéria não está disposta, seja porque um agente contrário interfere, seja por alguma razão semelhante.

1192. No entanto, deve-se notar que *Avicena* prova em sua *Metafísica* que nenhum efeito é possível em relação à sua própria causa, mas apenas necessário. Pois, se quando a causa é posta, é possível que seu efeito não se siga, e ele se segue (e a potência como tal é atualizada por algum ente atual), então algo mais, além dessa causa, terá que causar o efeito atual a seguir. Portanto, essa causa não era suficiente. Isso parece ser contrário ao que o Filósofo diz aqui.

1193. Mas deve-se notar que a afirmação de *Avicena* deve ser entendida como aplicável apenas se supusermos que nenhum obstáculo interfere na causa. Pois, dada a causa, seu efeito deve seguir, a menos que haja algum obstáculo, e isso às vezes ocorre acidentalmente. Por isso, o Filósofo diz que a geração e a corrupção não precisam ocorrer quando as causas da geração e da corrupção são postuladas.

1194. Pois, se essa afirmação não fosse verdadeira, resultaria que todas as coisas seriam necessárias, admitindo-se que, junto com esta afirmação — dada a causa, o efeito deve seguir —, também se sustenta outra posição, a saber, que deve haver alguma causa própria, e não meramente accidental, para cada coisa que é gerada e corrompida. Pois dessas duas proposições segue-se que todas as coisas são necessárias. Ele prova isso da seguinte forma.

1195. Se se pergunta se uma coisa será ou não, segue-se, das observações acima, que uma ou outra é verdadeira por necessidade; porque, se tudo o que é gerado tem uma causa própria que o produz, e se, dada a causa, seu efeito deve advir, então segue-se que aquela coisa sobre a qual se

perguntou se existirá ou não virá a ser, se sua causa for considerada existente; e se essa causa não existir, seu efeito também não existirá. E, da mesma forma, será necessário dizer que essa causa existirá se alguma outra coisa, que é sua causa, existir.

1196. Além disso, é evidente que, independentemente da quantidade de tempo futuro que se tome, seja após cem ou mil anos, a quantidade de tempo começando do momento presente até esse ponto é limitada. No entanto, como a geração de uma causa é anterior no tempo à geração de seu efeito, então, ao proceder do efeito para a causa, devemos subtrair alguma parte do tempo futuro e nos aproximar do presente. Mas toda coisa limitada se esgota quando se retira constantemente alguma parte dela. Assim, ao proceder de um efeito para sua causa e, novamente, dessa causa para sua causa, e assim por diante, segue-se que todo o período de tempo futuro se esgota, por ser limitado, e, dessa forma, o momento presente é alcançado.

1197. Isso fica claro no seguinte exemplo. Se todo efeito tem alguma causa própria da qual segue necessariamente, então este homem deve morrer necessariamente, seja por doença ou violência, se sair de casa. Pois sair de casa é encontrado como a causa de sua morte, seja por violência (por exemplo, se, ao sair de casa, ele é descoberto por ladrões e morto), seja por doença (por exemplo, se, ao sair de casa por estar com calor, ele contrai uma febre e morre). E, da mesma forma, também acontecerá necessariamente que ele saia de casa para tirar água de um poço se estiver com sede; pois a sede é a causa de ele sair de casa para tirar água. E, similarmente, pelo mesmo argumento, também acontecerá necessariamente que ele esteja com sede se houver algo mais que cause sua sede; e, assim, ao proceder do efeito para a causa dessa maneira, chega-se a "algo que existe agora", i.e., a alguma coisa presente ou a "algo que já aconteceu", i.e., a algum evento passado. Por exemplo, se disséssemos que um homem terá sede se comer comida muito temperada ou salgada que lhe cause sede, o fato de ele comer ou não comer comida salgada está no presente. Assim, segue-se que "o dito evento futuro", a saber, que este homem morrerá ou não morrerá, acontecerá necessariamente.

1198. Pois, como toda proposição condicional é necessária, então, dado o antecedente, o consequente deve seguir; por exemplo, esta proposição condicional é verdadeira: "Se Sócrates corre, ele se move." Portanto, dado que ele corre, ele deve estar se movendo enquanto corre. Mas, se algum efeito tem uma causa própria da qual segue necessariamente, então essa proposição condicional deve ser verdadeira, cujo antecedente é a causa e o consequente é o efeito. E, embora às vezes haja vários intermediários entre uma causa que existe no momento presente e um efeito que existirá no futuro (cada um dos quais é um efeito em relação aos anteriores e uma causa em relação aos seguintes), no entanto, segue-se do primeiro ao último que qualquer proposição condicional é verdadeira, cujo antecedente é presente e cujo consequente existe em algum tempo futuro, por exemplo, a proposição: "Se um homem come comida salgada, ele será morto." Ora, o antecedente se refere ao que é presente e, portanto, será por necessidade que ele seja morto. E, dessa forma, todos os outros eventos futuros cujas causas próximas ou remotas existem no presente serão necessários.

1199. O mesmo argumento se aplica se alguém, ao proceder dos efeitos para as causas, "volta a algo que já aconteceu", ou a eventos passados, isto é, se rastreia efeitos futuros até alguma causa passada que não é presente; pois o que é passado ainda é, de certo modo. Digo isso na medida em que ocorreu, ou é passado. Pois, embora a vida de César não esteja agora, no presente, no

entanto, ela está no passado, porque é verdade que César viveu. Assim, é possível considerar como verdadeiro agora o antecedente de uma proposição condicional em cuja cláusula antecedente há uma causa passada e em cuja cláusula conseqüente há um efeito futuro. E, assim, como todos os efeitos futuros devem ser rastreados até tais causas presentes ou passadas, segue-se que todos os eventos futuros acontecem necessariamente. Por exemplo, dizemos que é absolutamente necessário que alguém agora vivo vá morrer, porque isso segue necessariamente em relação a algo que já ocorreu, a saber, que há dois contrários no mesmo corpo devido à sua composição; pois esta proposição condicional é verdadeira: "Se um corpo é composto de contrários, ele será corrompido."

1200. Mas é impossível que todos os eventos futuros aconteçam necessariamente. Portanto, as duas premissas das quais essa conclusão seguiria são impossíveis, a saber, que qualquer efeito tenha uma causa própria, e que, dada a causa, seu efeito deve seguir. Pois disso seguiria a posição já mencionada, a saber, que há algumas causas já postuladas para qualquer efeito futuro; por exemplo, algumas causas já foram postuladas para a corrupção de um animal. Mas nenhuma causa foi ainda postulada da qual seguirá necessariamente que este homem morrerá seja por doença ou violência.

1201. **É evidente** (554).

Ele tira uma conclusão da discussão anterior. Diz que, como nem tudo o que vem a ser tem uma causa própria, é, portanto, evidente que, no caso de eventos contingentes futuros, a redução de um efeito futuro a alguma causa própria remonta a algum princípio, e que esse princípio não é reduzido a algum outro princípio próprio, mas será a causa de "tudo o que acontece por acaso", i.e., uma causa accidental, e que não haverá outra causa para essa causa accidental; assim como já dissemos (1184) que o ser accidental não tem causa e não é gerado. Por exemplo, a causa de este homem ser morto por ladrões é uma causa própria, porque ele é ferido pelos ladrões; e isso também tem uma causa própria, porque ele é encontrado pelos ladrões; mas isso tem apenas uma causa accidental. Pois, se, a caminho do trabalho, este homem é ferido por ladrões, isso é accidental, como é evidente pelo que foi dito; e, portanto, não é necessário postular uma causa para isso. Pois o que é accidental não é gerado e, assim, não é necessário buscar alguma causa própria que o produza, como foi dito acima.

1202. **Mas a que tipo de princípio** (555).

Aqui ele coloca uma questão que surge da discussão anterior; pois ele acabou de dizer acima que as causas daqueles seres que são accidentais são, em última instância, reduzidas a algum princípio para o qual é impossível dar outra causa. Daí ele indaga aqui sobre esse processo de redução ou *anagoge*, que significa o mesmo que "a que tipo de princípio e a que tipo de causa deve ser reduzido", i.e., a que classe de causa ou princípio, seja a alguma causa primeira que é uma causa material, ou a uma que é uma causa final (ou aquilo para o que uma coisa vem a ser), ou a uma que é um motor. Ele omite a causa formal porque a questão aqui envolve a causa responsável pela geração das coisas que vêm a ser por acidente. Mas, no processo de geração, uma forma não tem papel causal exceto o de um fim, porque no processo de geração o fim e a forma são idênticos. Ora, ele não responde à questão que é levantada aqui, mas assume sua solução a partir do que foi estabelecido no Livro II da *Física*; pois foi mostrado ali que a fortuna e o acaso, que são as causas

das coisas que vêm a ser por acidente, são reduzidos à classe de causa eficiente. Daí ele conclui do exposto que devemos omitir qualquer discussão sobre o ser accidental, porque a verdade sobre ele foi estabelecida tão completamente quanto é possível fazê-lo.

1203. Deve-se notar, no entanto, que a doutrina do Filósofo apresentada aqui parece eliminar certas coisas que alguns pensadores sustentam na filosofia, a saber, o destino e a providência. Pois aqui a força do argumento do Filósofo é que nem tudo o que ocorre pode ser rastreado até alguma causa própria da qual segue necessariamente, caso contrário, resultaria que tudo no mundo seria necessário e nada por acidente. Mas aqueles que postulam o destino dizem que os eventos contingentes que ocorrem aqui, que parecem ser accidentais, podem ser rastreados até algum poder de um corpo celeste, cuja atividade produz em uma certa ordem aquelas coisas que, vistas em si mesmas, parecem accidentais. E, similarmente, aqueles que postulam a providência dizem que tudo o que ocorre aqui é ordenado pela ordem da providência.

1204. De ambas as posições, então, parecem seguir duas conclusões que são opostas ao que o Filósofo estabelece aqui. (1) A primeira é que nada no mundo acontece acidentalmente, seja por fortuna ou por acaso; pois aquelas coisas que ocorrem em uma certa ordem não são accidentais, visto que ocorrem sempre ou na maioria das vezes. (2) A segunda é que todas as coisas acontecem necessariamente. Pois, se todas aquelas coisas cuja causa está posta no presente ou foi posta no passado ocorrem necessariamente, como o argumento do Filósofo sustenta, e se a causa daquelas coisas que estão sob a providência ou o destino está posta no presente ou já foi posta no passado (porque a providência é imutável e eterna, e o movimento dos céus é também invariável), parece seguir que aquelas coisas que estão sob a providência ou o destino acontecem necessariamente. Assim, se tudo o que ocorre aqui está sujeito ao destino e à providência, segue-se que tudo acontece necessariamente. Portanto, segundo a mente do Filósofo, parece impossível postular o destino ou a providência.

1205. Para esclarecer essa dificuldade, deve-se notar que quanto mais elevada é uma causa, mais extensa é sua causalidade, pois uma causa mais elevada produz seu próprio efeito superior mais próprio, que é mais geral e se estende a muitas coisas. Por exemplo, no caso das artes, é evidente que a arte política, que é mais elevada que a arte militar, tem jurisdição sobre toda a comunidade política, enquanto a arte militar tem jurisdição apenas sobre aquelas coisas que caem dentro da esfera militar. Mas a ordem encontrada nos efeitos de uma causa estende-se apenas até onde a causalidade dessa causa se estende, pois toda causa, no sentido próprio, tem efeitos definidos que produz em uma certa ordem. É evidente, então, que (a) quando os efeitos são referidos a causas inferiores, eles parecem não relacionados e coincidir entre si acidentalmente, mas (b) quando são referidos a alguma causa comum superior, são encontrados como relacionados e não conectados acidentalmente, mas produzidos simultaneamente por uma causa própria.

1206. Por exemplo, se o florescimento de uma planta é atribuído a um poder particular nessa planta e o florescimento de uma segunda planta é atribuído a um poder particular nessa planta, parece não haver razão (de fato, parece ser accidental) para que a primeira planta floresça quando a segunda não floresce. E isso é verdade, porque a causa do poder da primeira planta se estende ao florescimento desta planta e não ao da segunda, de modo que, enquanto faz a primeira planta florescer, não a faz florescer ao mesmo tempo que a segunda. Mas se isso é atribuído ao poder de um corpo celeste, que é uma causa universal, então descobrimos que a primeira planta floresce

quando a segunda floresce, não por acidente, mas pela direção de alguma causa primeira, que ordena isso e move cada planta a florescer ao mesmo tempo.

1207. Agora encontramos três graus de causas no mundo. (1) Primeiro, há uma causa que é incorruptível e imutável, a saber, a causa divina; (2) segundo, abaixo desta há causas que são incorruptíveis mas mutáveis, a saber, os corpos celestes; e (3) terceiro, abaixo destas há aquelas causas que são corruptíveis e mutáveis.

Portanto, as causas neste (3) terceiro grau são causas particulares e são determinadas a efeitos próprios da mesma espécie; por exemplo, o fogo gera fogo, o homem gera o homem, e as plantas geram plantas.

1208. Agora, uma causa pertencente ao (2) segundo grau é, em um sentido, universal e, em outro, particular. É particular porque se estende a alguma classe especial de seres, a saber, àqueles que são gerados pelo movimento; pois é tanto causa de movimento quanto algo que é movido. E é universal porque sua causalidade se estende não apenas a uma classe de coisas mutáveis, mas a tudo que é alterado, gerado e corrompido; pois aquilo que é primeiro movido deve ser a causa de tudo que é subsequentemente movido.

1209. Mas a causa pertencente ao (1) primeiro grau é universal sem qualificação, porque seu efeito próprio é a existência. Portanto, tudo que existe, e de qualquer modo que existe, cai propriamente sob a causalidade e direção dessa causa.

1210. Se, então, atribuímos todos os eventos contingentes aqui apenas a causas particulares, muitas coisas serão encontradas como ocorrendo acidentalmente. Isso será assim por uma série de razões. (1) Primeiro, devido à conjunção de duas causas, uma das quais não está sob a causalidade da outra, como quando ladrões me atacam sem que eu pretenda isso; pois esse encontro é causado por uma dupla força motriz, a saber, a minha e a dos ladrões. (2) Segundo, devido a algum defeito no agente, que é tão fraco que não pode atingir o objetivo a que visa, por exemplo, quando alguém cai na estrada devido à fadiga. (3) Terceiro, devido à indisposição da matéria, que não recebe a forma pretendida pelo agente, mas outro tipo de forma. É o que ocorre, por exemplo, no caso das partes deformadas dos animais.

1211. Mas se esses eventos contingentes são remontados a um corpo celeste, descobrimos que muitos deles não são acidentais; porque, embora causas particulares não estejam contidas umas sob as outras, estão, no entanto, contidas sob uma causa celeste comum. Portanto, sua concorrência pode ser atribuída a uma causa celeste definida. Além disso, como o poder de um corpo celeste é incorruptível e impassível, nenhum efeito pode escapar da esfera de sua causalidade devido a qualquer defeito ou fraqueza de seu poder. Mas como ele age movendo, e como todo agente desse tipo requer uma matéria que seja propriamente determinada ou disposta, então, no caso dos seres naturais, pode acontecer que o poder de um corpo celeste falhe em produzir seu efeito porque a matéria não está disposta; e isso será acidental.

1212. Portanto, embora muitas coisas que parecem ser acidentais quando remontadas a essas causas particulares se mostrem não acidentais quando remontadas a uma causa universal comum, a saber, a um corpo celeste, ainda assim, mesmo quando essa redução é feita, algumas coisas são

encontradas como acidentais, como o Filósofo afirmou acima (1201). Pois quando um agente produz seu efeito na maioria das vezes, mas nem sempre, segue-se que ele falha em alguns casos; e isso é acidental. Se, então, os corpos celestes causam seus efeitos nesses corpos inferiores na maioria das vezes, mas nem sempre, porque a matéria não está propriamente disposta, segue-se que, quando o poder de um corpo celeste falha em produzir seu efeito, isso acontece acidentalmente.

1213. Há também outra razão pela qual as coisas acontecem acidentalmente mesmo que a causalidade seja remontada a um corpo celeste. É que, na esfera dos corpos inferiores, existem algumas causas eficientes que podem agir por si mesmas sem a influência de um corpo celeste. Essas causas são *almas racionais*, às quais o poder de um corpo celeste não se estende (já que não são formas sujeitas a corpos), exceto de maneira acidental, i.e., na medida em que a influência de um corpo celeste produz alguma mudança no corpo [humano], e acidentalmente nos poderes da alma que são atualidades de certas partes do corpo, pelos quais a alma racional é disposta a agir. No entanto, nenhuma necessidade está envolvida, já que o domínio da alma sobre as paixões é livre, na medida em que pode não assentir a elas. Portanto, na esfera dos corpos inferiores, quaisquer coisas que se encontrem acontecendo acidentalmente quando reduzidas a essas causas, i.e., almas racionais, na medida em que não seguem a inclinação produzida pela influência de um corpo celeste, não serão encontradas como sendo geradas de modo essencial ao serem remontadas ao poder de um corpo celeste.

1214. Assim, é evidente que postular o fado, que é uma certa disposição presente nos corpos inferiores como resultado da atividade de um corpo celeste, não elimina tudo o que acontece por acaso.

1215. Mas se esses eventos contingentes são remontados ainda mais à causa divina suprema, será impossível encontrar qualquer coisa que esteja fora de sua esfera de influência, já que sua causalidade se estende a todas as coisas na medida em que são seres. Portanto, sua atividade causal não pode ser frustrada como resultado da matéria estar indisposta, porque a própria matéria e suas disposições não estão fora do domínio desse agente, pois Ele é o agente que dá às coisas seu ser e não meramente as move e muda. Pois não se pode dizer que a matéria é pressuposta como sujeito do ser como é pressuposta como sujeito do movimento; ela é antes parte da essência de uma coisa. Portanto, assim como o poder de mudar e mover não é impedido pela essência do movimento ou seu termo, mas pelo sujeito que é pressuposto, de modo semelhante, o poder daquele que dá o ser não é impedido pela matéria ou por qualquer coisa que de algum modo acrescente ao ser de uma coisa. Disso também é evidente que, na esfera dos corpos inferiores, nenhuma causa eficiente pode ser encontrada que não esteja sujeita ao controle dessa causa primeira.

1216. Segue-se, então, que tudo o que ocorre aqui, na medida em que está relacionado à primeira causa divina, é encontrado como ordenado por ela e não como acidental, embora possa ser encontrado como acidental em relação a outras causas. É por isso que a fé católica diz que nada no mundo acontece por acaso ou fortuitamente, e que tudo está sujeito à providência divina. Mas neste lugar Aristóteles está falando daqueles eventos contingentes que ocorrem aqui como resultado de causas particulares, como é evidente a partir de seu exemplo.

1217. Resta agora ver como a afirmação do fado e da *providência* não elimina a contingência do mundo, como se todas as coisas acontecessem necessariamente. A partir das coisas que foram ditas acima, é evidente que o *fado* não elimina a contingência. Pois já foi mostrado que, embora os corpos celestes e seus movimentos e atividades sejam necessários, no entanto, seus efeitos nesses corpos inferiores podem falhar, seja porque a matéria não está disposta, seja porque a alma racional pode livremente escolher seguir ou não seguir as inclinações produzidas nela pela influência de um corpo celeste. Assim, segue-se que efeitos desse tipo não acontecem necessariamente, mas contingentemente; pois postular uma causa celeste não é postular uma causa de tal tipo que seu efeito siga necessariamente, como a morte de um animal é resultado de sua composição de contrários, como ele menciona no texto.

1218. Mas há maior dificuldade no que diz respeito à providência, porque a providência divina não pode falhar; pois estas duas afirmações são incompatíveis, a saber, que algo é previamente conhecido por Deus, e que não acontece. Daí parece que, uma vez postulada a providência, seu efeito segue necessariamente.

1219. Mas deve-se notar que um efeito e todos os seus acidentes próprios dependem de uma mesma causa; pois assim como um homem vem da natureza, também seus acidentes próprios, como a risibilidade e a suscetibilidade à instrução mental. No entanto, se alguma causa não produz o homem em sentido absoluto, mas um tal e tal homem, não estará dentro do poder dessa causa produzir os atributos próprios do homem, mas apenas fazer uso deles. Pois enquanto o estadista faz do homem um cidadão, ele não o torna suscetível à instrução mental. Antes, ele faz uso dessa propriedade para fazer dele um cidadão.

1220. Agora, como foi apontado (1215), o ente enquanto ente tem o próprio Deus como sua causa. Assim como o próprio ser está sujeito à providência divina, também o estão todos os acidentes do ente enquanto ente, entre os quais se encontram *necessidade* e *contingência*. Portanto, pertence à providência divina não apenas produzir um ente particular, mas também dar-lhe contingência ou necessidade; pois, na medida em que Deus quer dar contingência ou necessidade a algo, Ele preparou para isso certas causas intermediárias das quais decorre necessária ou contingentemente. Assim, o efeito de toda causa é tido como necessário na medida em que está sob o controle da providência. E disso segue que esta proposição condicional é verdadeira: "Se algo é pré-conhecido por Deus, será."

1221. No entanto, na medida em que qualquer efeito é considerado sob sua causa próxima, nem todo efeito é necessário; mas alguns são necessários e outros contingentemente, em proporção à sua causa. Pois os efeitos se assemelham em sua natureza às suas causas próximas, mas não às suas causas remotas, cujo estado não podem alcançar.

1222. É evidente, então, que quando falamos da providência divina devemos dizer que esta coisa é prevista por Deus não apenas na medida em que é, mas também na medida em que é contingente ou necessária. Portanto, pelo simples fato de a providência divina ser tida como existente, não se segue, segundo o argumento que Aristóteles apresenta aqui, que todo efeito acontece necessariamente, mas apenas que ele deve ser contingente ou necessário. Na verdade, isso se aplica apenas no caso desta causa, i.e., a providência divina, pois as causas restantes não estabelecem a lei da necessidade ou contingência, mas usam essa lei estabelecida por uma causa superior. Portanto, a única coisa sujeita à causalidade de qualquer outra causa é que seu efeito

seja. Mas que ele seja necessário ou contingente depende de uma causa superior, que é a causa do ente enquanto ente, e da qual se origina a ordem da necessidade e da contingência no mundo.

Revision #2

Created 15 September 2026 22:54:48 by Admin

Updated 15 September 2026 23:02:21 by Admin